

Mensalidades: denúncia de corrupção.

E ela ocorre, segundo os alunos, no Conselho de Educação.

Quase um mês após a publicação do decreto-lei nº 95.921, que estabeleceu critérios para o reajuste escolar e determinou que cabe aos conselhos estaduais de educação acompanhar e fiscalizar a cobrança das mensalidades e demais encargos, o CEE de São Paulo não sabe ainda como fazer a fiscalização das escolas infratoras. Reclamação é que não falta. Descontentes, pais e alunos acusam o Conselho de corrupção e pedem para que o governador Orestes Quêrcia nomeie uma comissão de pais e alunos para sentar-se lado a lado com os integrantes do Conselho.

Para pedir a intermediação do secretário Paulo Salvador Frontini, da Defesa do Consumidor, representantes da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos do 1º ao 3º graus estiveram ontem no prédio da secretaria. "A criação da comissão para atuar junto ao Conselho é uma promessa do governador feita a nós há mais de um mês, e até agora nada aconteceu", disse Antonio Carlos Alves de Araújo, quintanista das Faculdades Metropolitanas Unidas.

Antonio Carlos já fez parte da CENE (Comissão de Encargos Educacionais) como representante da UNE (União Nacional dos Estudantes) e denunciou à Assembléia Legislativa a existência de corrupção no Conselho Estadual. Citou dois exemplos: segundo ele, a PUC de São Paulo fez pedido de aumento suplementar, que foi indeferido pela CENE no começo deste ano por falta de documentação, "mas que foi aprovado pelo Conselho. Isto porque o reitor da PUC, Luiz Eduardo Vanderley, é conselheiro". Outro caso ocorreu na Organização Sorocabana de Ensino, também com planilha de custos indefinida e com pedido de aumento rejeitado. Novamente o Conselho aprovou o aumento. O aluno revela que Ar-

tur da Fonseca, da Organização, é também membro do Conselho. "A Associação Intermunicipal pediu aos deputados que analisem a questão e que abram inquérito para apurar as fraudes. Nós temos documentação dos dois casos e, se for comprovada a fraude, exigiremos a destituição do Conselho."

Depois de rápida sessão, o presidente em exercício do CEE, professor Francisco Cordão, disse que ainda não foi notificado das denúncias e que, assim que receber o chamado dos deputados, responderá às acusações, contanto que eles tenham provas. "Nós não temos dívida no cartório", garantiu. Sobre o pedido de inclusão de representantes de pais e alunos no Conselho, o conselheiro Celso de Rui Beisegel, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, afirmou que se trata de uma reivindicação característica de um Conselho "distorcido", que tem original mente como principal tarefa trabalhar as diretrizes da Educação do 1º, 2º e 3º graus, "e não ficar tratando de encargos educacionais, que não é nossa especialidade nem dever".

Francisco Cordão explicou que existe a articulação de vários conselhos estaduais no sentido de passar esses encargos e a fiscalização das escolas para os órgãos de defesa do consumidor. "Só assim o Conselho ficaria livre dessa crise de encargos que deturpa sua principal função." Irônico, Cordão lembrou que quando foi escolhido para o Conselho o foi por sua especialização em formação profissional e não em economia da educação.

Lembrando, mais uma vez, que o CEE "não tem poder de polícia" e não pode fechar uma escola, o presidente da Cene, professor João Gualberto, explicou que ontem

foi distribuída aos conselheiros uma indicação que disciplina o Decreto nº 95.921 e determina as maneiras de encaminhamento das negociações entre donos de escolas e pais, a homologação de acordos e como devem ser conduzidas as reclamações e pedidos de reajustes extraordinários. Em anexo, seguiram os critérios que deverão orientar a análise desses pedidos. Os conselheiros terão até quarta-feira para estudar a indicação, quando farão a votação. Segundo João Gualberto, somente depois de aprovada essa indicação o CEE fará possíveis convênios com órgãos públicos para efetuar a fiscalização das escolas infratoras.

Desmentido

Também presente à reunião do Conselho Estadual, ontem à tarde, o frei Constâncio Nogara, reitor da Universidade São Francisco de Bragança Paulista, negou as afirmações feitas pelo professor Wagner Horta num programa na rádio "Bandeirantes", segundo as quais o frei teria dito que no CEE "quem paga mais ganha mais e quem paga menos ganha menos".

— Eu não falei nenhuma dessas coisas e nem poderia. Eu já fui conselheiro suplente e conheço o trabalho deste conselho, defendeu-se o frei. Segundo ele, tudo não passou de um mal-entendido durante uma das reuniões com a representação estudantil da universidade para tentar um acordo de reajuste com os alunos, não conseguido. Ontem, frei Constâncio apresentou-se ao conselho, onde entregou um ofício dando estes esclarecimentos.

Rita de Biagio